



1º SIMULADO

TRIBUNAIS

ANALISTA JURÍDICO

Simulado Especial

1º Simulado Tribunais – Analista Jurídico

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas em concursos de Tribunais para Analista Jurídico;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-Tribunais-Analista-Juridico-18-07>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Desde que o homem pensa, estamos em busca de valores absolutos tais como o bem, o sagrado, o belo – atemporais e independentes da história. O niilismo, que proclama a morte de Deus, contribuiu largamente para fazer acreditar na sua inexistência. Tanto para o niilismo filosófico quanto para o relativismo ético, toda investigação sobre valores é uma grande bobagem ou uma grande sacanagem; uma tentativa de fazer triunfar uma alegria sobre a outra em nome de uma verdade absoluta que faz *default* (padrão).

O problema é que apesar disso tudo temos que continuar vivendo e convivendo. E, salvo o melhor juízo, nossa vida e nossa convivência continuam dependendo de escolhas. E estas sempre implicarão a identificação do que mais vale a pena. Portanto, ainda que eles sejam uma grande bobagem ou uma grande sacanagem, a verdade é que continuaremos precisando de valores para fazer nossas escolhas, encontrar nossos caminhos, seja na particularidade de nossas vidas íntimas ou na coletividade da nossa ética social. E, mesmo que alguém sugira que não há liberdade alguma e que não passamos de células ignorantes, incapazes de identificar a complexa rede de causalidades que nos determina estritamente, o fato é que dentro dessa ignorância nos acreditamos livres, senhores de certa autonomia de escolha, trazendo de novo à baila a necessidade da discussão sobre os valores.

Aliás, a convicção de que os valores não passam de uma grande bobagem parece atender aos interesses de muitos. Porque assim estaríamos definitivamente chafurdados no reino da animalidade, onde o triunfo da força é garantidor do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho, alheio e sem importância.

(Clóvis de Barros Filho)

01. No 1º parágrafo, o autor

- a) defende que toda investigação sobre valores é uma grande bobagem.
- b) constata que o relativismo acarretou a morte de Deus.
- c) mostra que valores absolutos como o belo varia historicamente.
- d) declara que o niilismo promoveu a crença de que Deus não existe.
- e) classifica como uma grande sacanagem a discussão sobre valores.

02. De acordo com as ideias do texto,

- a) a ausência de valores absolutos é o que impede as pessoas de tomarem decisões em suas vidas íntimas.
- b) apesar da premissa de que a busca pelos valores é uma bobagem, eles permanecem imprescindíveis para tomada de decisão.
- c) os seres humanos não são autônomos para decidir, uma vez que são incapazes de identificar a complexa rede de causalidades os determina estritamente.
- d) a descrença nos valores é o que eleva o homem a um patamar acima do reino da animalidade.
- e) os valores absolutos garantem que a força triunfe sobre os apetites nas relações humanas complexas.

03. Porque assim estaríamos definitivamente chafurdados no reino da animalidade, onde o triunfo da força é garantidor do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho, alheio e sem importância. (3º parágrafo)

Considerando as relações originais do trecho, o segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

- a) nas quais.
- b) do qual.
- c) à medida que.
- d) na qual.
- e) no qual.

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) alheio e sem importância (3º parágrafo) = externo e tedioso.
- b) nos acreditamos livres (2º parágrafo) = acreditamos que estamos livres.
- c) dentro dessa ignorância (2º parágrafo) = nessa profunda incerteza.
- d) apesar disso tudo temos que continuar (2º parágrafo) = mesmo assim temos de continuar.
- e) Desde que o homem pensa (1º parágrafo) = Caso o homem pense.

05. O capitalismo trouxe grande progresso e grandes dilemas; a resolução desses dilemas ameaça a ordem mundial como conhecida hoje, uma vez que resolver esses dilemas envolve, em muitos casos, eliminar as variáveis positivas desses dilemas.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) cuja a resolução – resolvê-los – as variáveis positivas deles
- b) a resolução de cujos – lhes resolver – as variáveis positivas dos mesmos
- c) em cuja resolução – resolver-los – suas variáveis positivas
- d) cuja resolução – resolvê-los – suas variáveis positivas
- e) cuja resolução desses – resolver-lhes – as variáveis positivas destes

06. Há pleno atendimento às normas de concordância verbal na frase:

- a) Aos homens não ocorrem, em tantas atividades e tantas obrigações, a ideia de tirar alguns minutos para refletir sobre o motivo de suas ações.
- b) A possibilidade de se produzir soluções para os dilemas da realidade cotidiana ainda envolve dicotomias.
- c) Em muitos países onde não faltam aos cidadãos médios um suporte razoável dos governos, a desigualdade tende a ser menor.

d) Entre todas as dificuldades do capitalismo, especialmente em grandes economias, não haveriam como não destacar as metas infinitas de produtividade.

e) Às práticas mais leoninas de exploração humana foram atribuídas as enormes margens de produtividade nas grandes potências industriais.

07. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:

a) a convicção de que os valores não passam de uma grande bobagem / assim estaríamos definitivamente chafurdados no reino da animalidade (3º parágrafo).

b) Desde que o homem pensa / estamos em busca de valores absolutos tais como o bem (1º parágrafo).

c) proclama a morte de Deus / toda investigação sobre valores é uma grande bobagem (1º parágrafo).

d) O problema / apesar disso tudo temos que continuar vivendo e convivendo (2º parágrafo).

e) do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho / o triunfo da força (3º parágrafo).

08. Assinale a alternativa em que o segmento poderia ser adequadamente transposto para voz passiva.

a) Desde que o homem pensa (1º parágrafo)

b) estamos em busca de valores absolutos (1º parágrafo)

c) temos que continuar vivendo e convivendo (2º parágrafo)

d) nossa vida e nossa convivência continuam dependendo de escolhas (2º parágrafo)

e) implicarão a identificação do que mais vale a pena (2º parágrafo)

09. A supressão das vírgulas modifica o sentido do seguinte segmento:

- a) o triunfo da força é garantidor do triunfo dos apetites, dos prazeres em detrimento do que nos é estranho, alheio e sem importância.
- b) E, salvo o melhor juízo, nossa vida e nossa convivência continuam dependendo de escolhas.
- c) Portanto, ainda que eles sejam uma grande bobagem ou uma grande sacanagem, a verdade é que continuaremos precisando de valores para fazer nossas escolhas
- d) O niilismo, que proclama a morte de Deus, contribuiu largamente para fazer acreditar na sua inexistência
- e) continuaremos precisando de valores para fazer nossas escolhas, encontrar nossos caminhos, seja na particularidade de nossas vidas íntimas ou na coletividade da nossa ética social

10. — estamos em busca de valores absolutos? (1º parágrafo)

Caso a frase acima seja transposta para o discurso indireto, o elemento sublinhado assumirá a seguinte forma:

- a) estávamos.
- b) estaríamos.
- c) estiveram.
- d) estivéramos.
- e) estaremos.

Direito Administrativo

Herbert Almeida

11. Considere que João seja usuário de serviço público de energia elétrica e que esteja em débito com a concessionária de serviços públicos. Considere também que João não sabe em quais situações poderá ter o serviço interrompido. Nessa situação, assinale a alternativa correta, com base na legislação e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) mesmo que esses débitos sejam antigos, será possível a realização do corte do serviço de energia elétrica.

b) o débito poderá ser cobrado de João ainda que os débitos sejam oriundos do anterior proprietário da casa.

c) a interrupção ou corte dos serviços é possível quando ocorram razões de ordem técnica, desde que o usuário seja previamente notificado.

d) o serviço de energia poderá ser cortado independentemente do valor do débito de João.

e) João poderá ter o serviço interrompido, independentemente de prévia comunicação e do dia de início da suspensão.

12. A administração de determinado município necessita realizar a compra de alimentos para a confecção da merenda escolar de suas escolas. O contrato antigo está prestes a acabar, e o novo processo licitatório sofreu diversos atrasos em virtude de discussões judiciais sobre o tema. Por causa disso, surgiu a preocupação quanto à alimentação dos alunos no período entre o esgotamento do prazo contratual vigente e a realização de nova licitação. Com base nessa situação hipotética, é possível afirmar que

a) o município poderá adquirir os alimentos com base no preço do dia, com dispensa de licitação.

b) a licitação deve ser realizada, com a realização do procedimento sob a modalidade concorrência.

c) mesmo com o processo licitatório para a aquisição dos alimentos em andamento, é vedada a realização de compra direta dos gêneros alimentícios.

d) a licitação poderá ser feita por contrato verbal, independentemente do valor final da compra.

e) nesse caso, a licitação é inexigível, pois não há possibilidade de competição sem que haja prejuízo aos administrados.

13. Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto. A respeito dessa modalidade licitatória, assinale a alternativa correta:

- a) o prazo mínimo para recebimento das propostas na modalidade concorrência é sempre de quarenta e cinco dias.
- b) a concorrência é a modalidade utilizada para alienação de bens imóveis, vedada a utilização de outras modalidades ou a dispensa do procedimento nesses casos.
- c) no sistema de registro de preços, a modalidade de licitação utilizada poderá ser a concorrência.
- d) a modalidade concorrência somente será utilizada para as licitações realizadas em âmbito nacional.
- e) a concorrência para as compras e demais serviços não poderá ultrapassar o valor de R\$ 1,43 milhão.

14. José é servidor público federal da União, estável, ocupante de cargo considerado técnico. Ocupa, também, cargo de professor na universidade federal do estado em que reside. Há alguns dias, foi surpreendido com a publicação de convocação para tomar posse como professor em outra Universidade pública, relativamente a um concurso que prestou há alguns anos. Com base nessas informações e no que dispõe a Lei nº 8.112/1990 e a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) a regra constitucional autoriza a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da natureza do cargo.
- b) a acumulação de cargos públicos é permitida ainda que o servidor não comprove a compatibilidade de horários.
- c) a proibição quanto à acumulação de cargos refere-se àqueles ocupados na atividade, não havendo impedimento quanto à acumulação de vencimentos com proventos da inatividade.
- d) nos casos em que a acumulação for ilegal, provada a má-fé em procedimento disciplinar, o servidor será demitido do serviço público.
- e) João está acumulando ilegalmente seu cargo técnico com o de professor, estando impedido,

também, de assumir o terceiro cargo de forma concomitante aos demais.

15. Maria é servidora federal e retirou documentos da repartição sem a devida anuência da autoridade competente. Foi instaurado procedimento disciplinar para apuração da referida falta. Nessa situação, com base no que prevê a Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:

- a) a conduta de Maria configura mera irregularidade, passível de aplicação da penalidade de suspensão por escrito.
- b) a conclusão do procedimento disciplinar deve ser necessariamente pela demissão da servidora.
- c) a aplicação da penalidade à servidora independe da abertura de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, devido à menor gravidade da conduta.
- d) Maria deverá ser suspensa de suas funções pelo prazo de 45 dias, podendo sofrer a penalidade no âmbito da sindicância.
- e) caso Maria seja reincidente, será aplicável a penalidade de suspensão.

16. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37 da Constituição Federal de 1988. A respeito dos princípios e do regime jurídico administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) a existência de prerrogativas que colocam a Administração em posição de verticalidade em relação aos administrados é fundamentada pelo princípio da supremacia do interesse público.
- b) o princípio da indisponibilidade do interesse público veda a incidência de normas de direito privado na relação entre Administração e administrado.
- c) assim como se identifica nas relações privadas, a legalidade administrativa consiste na ideia de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

- d) os atos da Administração Pública devem ser praticados sem distinções ao alcance de finalidades públicas ou privadas, independentemente de previsão em lei.
- e) caso um ato administrativo viole a ideia de moralidade, necessariamente deve estar configurada uma ilegalidade, para que seja passível de anulação, uma vez que aquele princípio não goza de autonomia própria.

17. Em relação à organização administrativa, em especial no que diz respeito às autarquias e às agências executivas,

- a) as autarquias sob regime especial têm sua criação autorizada por lei, que fixa os pontos que as diferenciam das demais autarquias sob regime comum.
- b) as autarquias qualificadas como agências executivas devem instituir um plano estratégico de reestruturação, bem como celebrar o respectivo contrato de gestão com o Ministério supervisor de sua área de atuação.
- c) atendidos os requisitos legais para a qualificação como agência executiva, a decisão do Ministro de Estado é vinculada, devendo ser deferido o pedido.
- d) as autarquias, apesar de sua personalidade jurídica de direito público, não possuem capacidade de autoadministração, ficando subordinadas ao ente da administração direta que as instituir.
- e) os dirigentes das autarquias e das agências reguladoras, em geral, possuem mandato fixo, não podendo ser exonerados de ofício pelo chefe do Poder Executivo.

18. Determinado servidor público federal utilizou, em obras de sua residência, alguns materiais que foram comprados para a reforma do edifício sede do órgão em que trabalha. Nos termos do que prevê a Lei de Improbidade Administrativa, esse servidor

- a) praticou ato de improbidade tipificado como causador de prejuízo ao erário, estando dispensada a comprovação de dolo para configuração da conduta.
- b) o ato praticado pelo servidor constitui enriquecimento ilícito e pode ser caracterizado mesmo que ele tenha agido de forma culposa.

- c) a devolução de parte dos materiais empregados na obra descaracteriza a falta praticada, não podendo o servidor responder por improbidade nesse caso.
- d) o servidor se enriqueceu ilicitamente com sua conduta, estando sujeito a ressarcir o dano causado, bem como à perda dos bens ilicitamente acrescentados ao seu patrimônio.
- e) caso o servidor tenha agido com dolo ou culpa, a ação de ressarcimento ao erário será imprescritível.

19. Em relação aos cargos, empregos e funções públicas, é correto afirmar que

- a) é permitido o acesso de estrangeiros aos cargos e funções públicas, independentemente de previsão legal específica.
- b) o provimento de cargos públicos efetivos depende de prévia aprovação em concurso público, que terá, no máximo, dois anos de validade, improrrogáveis.
- c) as funções de confiança devem ser reservadas àqueles que já são servidores efetivos, vedada sua criação para funções outras que não sejam destinadas às atribuições de chefia, direção ou assessoramento.
- d) para ocupar emprego público regido pelas normas de direito privado é dispensada a realização de concurso público.
- e) os servidores públicos civis não podem se associar em sindicatos, mas podem exercer o direito de greve.

20. A aquisição de bens e serviços comuns na administração pública poderá ocorrer mediante procedimento licitatório do pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002. Caso um licitante deseje apresentar recurso no âmbito desse procedimento

- a) deverá fazê-lo no prazo de três dias úteis, após cada fase da licitação.
- b) deverá indicar os atos impugnados, mas se o recurso for acolhido pela autoridade todos os atos anteriores serão invalidados.
- c) a autoridade competente poderá adjudicar imediatamente o objeto da licitação ao vencedor, mesmo que o licitante manifeste sua intenção de recorrer.

- d) a autoridade competente não poderá realizar a adjudicação, uma vez que, após a decisão do recurso, o processo será devolvido ao pregoeiro para instrução final.
- e) deverá manifestar a sua intenção de recorrer imediatamente após a declaração do vencedor.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

21. Um grupo de ativistas que integravam uma ONG dedicada à defesa dos direitos das pessoas idosas decidiu, considerando que seria mais eficaz lutar em prol da causa por meio de uma atuação política mais incisiva, abandonar o antigo projeto e fundar um partido político, que acabou elegendo um de seus membros como vereador em um pequeno município nas eleições que ocorreram 1 ano após a criação da entidade. Passados 5 meses da realização do pleito, tomaram conhecimento, por meio da imprensa, de que o governo municipal havia determinado a suspensão do pagamento da aposentadoria de ex-servidores públicos. Alarmados com a situação, os integrantes do partido recém-criado imediatamente acionam seu departamento jurídico para tentar contestar judicialmente a medida. Pode-se afirmar, considerando o que determina a CF/88, que:

- a) O partido detém legitimidade para representar judicial ou extrajudicialmente quaisquer interesses de seus filiados e da coletividade, sem necessidade de expressa autorização.
- b) Será possível ajuizar o mandado de segurança coletivo, já que a entidade foi criada e está em pleno funcionamento há mais de um ano.
- c) A impetração do mandado de segurança coletivo será possível desde que seja obtida expressa autorização de todos os filiados ao partido.
- d) O partido recém-criado ainda não poderá lançar mão do mandado de segurança coletivo, mas, por envolver direitos pertencentes à coletividade, poderá promover a ação popular.
- e) O partido não poderá ajuizar mandado de segurança coletivo, já que não possui nenhum parlamentar federal eleito pela legenda.

22. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado X enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa, contendo a previsão orçamentária do Tribunal, bem como disposições alterando sua organização judiciária. Em seguida, por meio de modificação no regimento interno, decidiu conceder férias coletivas a todos os servidores do órgão e, aos juízes titulares, instituiu a permissão geral para que residam em comarca distinta daquela em que exerçam suas funções. No que diz respeito às alterações normativas empreendidas, é possível afirmar que:

- a) São válidas, uma vez que efetivadas em consonância com a autonomia administrativa e financeira de que dispõem os tribunais do Poder Judiciário.
- b) Estão corretas apenas no que diz respeito à permissão, aos magistrados, de residência em locais diversos, em razão da possibilidade de remoção por iniciativa própria.
- c) A concessão de férias coletivas somente será admitida caso o sindicato da categoria tenha consentido com a determinação.
- d) Apenas a disposição legal relativa à organização judiciária poderá ser aprovada, sendo a iniciativa em matéria orçamentada flagrantemente inconstitucional.
- e) São inconstitucionais as disposições contidas no regimento interno, já que os juízes devem, obrigatoriamente, residir na respectiva comarca, e as férias coletivas exigem previsão em lei em sentido estrito.

23. Um grupo de servidores recém-empossados no cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região decidiu filiar-se ao sindicato da categoria respectiva. Ao receber o primeiro contracheque, perceberam que havia sido descontado, de forma automática, o valor correspondente à contribuição confederativa e à contribuição sindical prevista em lei. Inconformados com tal arbitrariedade, pensaram em proceder ao desligamento imediato da entidade, mas desistiram após serem informados de que ficariam proibidos de aderir a qualquer movimento grevista caso não mantivessem a filiação. Segundo o que dispõe a atual Constituição, é correto afirmar que:

- a) A contribuição confederativa é, de fato, devida, mas a cobrança da contribuição sindical depende de expressa autorização dos filiados. A condição imposta para a participação do movimento grevista, no entanto, ofende o princípio da liberdade sindical.
- b) A cobrança automática da contribuição confederativa se justifica em relação a qualquer servidor, sindicalizado ou não, já que a atuação do sindicato pode beneficiar, ainda que indiretamente, todos aqueles que se enquadram na categoria.
- c) Aos servidores do Tribunal é vedada a sindicalização e a greve, sendo, portanto, inconstitucional tanto a cobrança das contribuições quanto a adesão ao movimento grevista.
- d) O desconto relativo à contribuição sindical somente será lícito caso o estatuto da entidade contenha expressa previsão acerca de sua cobrança.
- e) Tanto a contribuição confederativa quanto a sindical devem estar previstas em lei e, ainda assim, será necessário expressa anuência de cada servidor, autorizando o desconto na remuneração.

24. Crisnaldo, deputado estadual, integra CPI criada com o intuito de investigar suposto desvio de verbas que seriam destinadas a um grande empreendimento público em seu estado. Em certa ocasião, ao deixar o recinto da Assembleia Legislativa, foi surpreendido por jornalistas que desejavam colher informações acerca das investigações. Alterado emocionalmente durante a entrevista, o deputado acaba proferindo ofensas a outros parlamentares e terceiros envolvidos no

caso sob apuração, o que levou Firmino, antigo adversário da mesma Casa Legislativa, a processá-lo criminalmente por suas palavras. Segundo o que determina a CF/88 e a jurisprudência, pode-se afirmar que:

- a) Crisnaldo deverá responder pelo ato, uma vez que não detém imunidade material, exclusivamente atribuída pela CF aos parlamentares federais.
- b) Crisnaldo deverá responder criminalmente perante o Tribunal de Justiça de seu estado, já que a imunidade material que possui restringe-se ao recinto da Assembleia legislativa.
- c) Crisnaldo poderá ser preso, embora disponha de imunidade formal, já que se trata de crime em flagrante.
- d) O Tribunal de Justiça somente será competente para o eventual ação movida contra Crisnaldo caso haja disposição expressa, nesse sentido, na Constituição do Estado.
- e) Crisnaldo não deverá responder pelas ofensas proferidas, uma vez que inseridas no contexto de sua atividade parlamentar.

25. Zilene, estudante de direito, foi convocada pelo diretório acadêmico de sua universidade para dar uma palestra sobre as características do Ministério Público. Durante o evento, mencionou que cada órgão possui chefia própria, de forma a corresponder à estrutura federativa imposta pela Constituição. Gino, outro aluno que se encontrava na plateia, a interrompeu para afirmar que o Ministério Público se submete à chefia única do Procurador-Geral da República, ao qual se sujeitam todos os ramos da instituição. Pode-se concluir, com base no estudo dos dispositivos constitucionais pertinentes, que:

- a) A interrupção durante a palestra foi pertinente, já que, em nome do princípio da indivisibilidade, admite-se apenas um único chefe para o Ministério Público, qual seja, o PGR.
- b) Zilene está correta, já que, embora os ramos do Ministério Público estejam submetidos administrativamente ao MPU, o princípio da independência funcional estabelece que não existe hierarquia no âmbito de sua atividade-fim.

- c) Zilene descreveu, acertadamente, o princípio da unidade, o qual subsiste apenas no âmbito de cada MP.
- d) Assiste razão a Gino, ao afirmar que a independência funcional se verifica em relação à atuação individual dos membros da instituição, o que não impede que a chefia suprema do MP reveja os atos praticados no exercício da função.
- e) Ambos estão equivocados, uma vez que, ainda que o Ministério Público detenha autonomia para se autoadministrar, a chefia da instituição cabe ao chefe do Poder Executivo do ente respectivo.

26. Suponha que, por meio de iniciativa popular, tenha sido proposta Emenda à Constituição, visando extinguir a obrigatoriedade do voto no Brasil. No entanto, o documento foi recebido pelo Congresso Nacional logo após o Presidente da República ter decretado estado de defesa, em virtude da ocorrência de calamidade de grandes proporções no território nacional. Pode-se concluir, à luz do que dispõe a Constituição Federal, que:

- a) A extinção do voto obrigatório fere limitação material implícita ao poder de reforma, independentemente de ter sido apresentada durante a vigência de estado de exceção em nosso país.
- b) O projeto não poderia ter sido apresentado por iniciativa popular e, além do mais, não haveria a possibilidade de alterar o texto constitucional durante a vigência da medida excepcional mencionada.
- c) A Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, o qual constitui limitação temporal ao poder de reforma, embora não exista vedação material à extinção do voto obrigatório.
- d) A proposta deverá ser rejeitada, somente podendo ser reapresentada após a cessação da medida decretada pelo Presidente, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- e) O projeto poderá ser apreciado normalmente, uma vez que somente a decretação do estado de sítio, medida mais gravosa, impede a deliberação acerca das emendas constitucionais.

27. Grimel e Tadel sagraram-se vencedores, respectivamente, nas eleições para Presidente da República e Vice. Na data marcada para a posse, todavia, Grimel deixa de comparecer à solenidade, levando Tadel a assumir a vaga do titular. Levando em conta os mandamentos constitucionais relacionados ao tema, aponte a alternativa verdadeira:

- a) Tadel somente poderia ter ocupado a vaga de Grimel após transcorridos 10 dias sem que este tivesse comparecido para tomar posse.
- b) Tadel jamais poderia ter sucedido o titular nessa situação, devendo o Presidente da Câmara ter convocado eleições diretas para a escolha de um novo representante, já que o mandato ainda se encontrava no início.
- c) Tadel seguiu fielmente os comandos constitucionais, já que o Vice é o sucessor natural do Presidente da República, devendo substituí-lo não só em situações de impedimento, mas também de vacância no cargo.
- d) Como não houve assunção do cargo pelo titular, não há que se falar em substituição, caso em que deveria ter sido chamado a ocupar a vaga o terceiro candidato mais votado nas eleições.
- e) Tadel agiu bem em assumir a presidência, mas essa substituição possui caráter provisório, devendo o Congresso Nacional realizar eleições indiretas para a escolha do novo representante, no prazo de 90 dias.

28. Suponha que, diante da ocorrência de incessantes conflitos fundiários entre invasores e proprietários de terras rurais, o Estado X tenha decidido tomar medidas drásticas para conter tais desentendimentos, estabelecendo novas regras relativas ao aproveitamento de terras. Como decorrência das ações adotadas pelo Poder Público, editou-se lei regulamentando as atividades agrárias no meio rural, além de terem sido fixadas novas condições e procedimentos para desapropriação. Segundo o disposto na CF/88, a mencionada lei:

- a) Jamais poderia ter sido aprovada sem que previamente tenha sido obtida autorização em lei complementar da União, já que compete privativamente ao ente federal legislar sobre os temas em apreço.

- b) Deve ser considerada constitucional, ao prever regras específicas para a realidade do Estado X, em homenagem ao princípio da predominância do interesse.
- c) É inconstitucional apenas no tocante às questões agrárias, mas válida ao disciplinar os procedimentos relativos à desapropriação, tarefa a ser desempenhada por todos os entes.
- d) Será válida apenas em relação às disposições pertinentes às atividades agrárias, tema de competência comum a todas as esferas governamentais.
- e) Terá sido aprovada em consonância com as determinações constitucionais, desde que o Estado X tenha observado o regramento geral estabelecido em lei complementar da União.

29. A respeito do direito de nacionalidade, indique a assertiva que contém uma afirmação condizente com a normatização estabelecida pela Constituição Federal de 1988:

- a) As formas de aquisição da nacionalidade secundária são estabelecidas em lei. No entanto, as hipóteses relativas à nacionalidade originária estão taxativamente previstas na Constituição, somente podendo ser ampliadas por meio de Emenda Constitucional.
- b) O ordenamento jurídico pátrio veda a polipatridia, sendo impossível acumular duas formas diferentes de nacionalidade, a originária e a secundária.
- c) A Constituição Federal não garante proteção aos estrangeiros ou apátridas.
- d) O indivíduo que, a despeito de ter nascido em solo estrangeiro, é considerado brasileiro nato, terá adquirido a nacionalidade secundária.
- e) O português que optar pela condição de quase nacional, e, assim, usufruir dos direitos inerentes ao brasileiro naturalizado, estará, automaticamente, renunciando à possibilidade de naturalizar-se brasileiro.

30. Considere que tenha sido publicado edital de concurso público para provimento de cargos efetivos em determinado órgão da administração direta federal. O documento continha, dentre outras disposições, a exigência de exame psicotécnico a todos os candidatos aprovados na fase objetiva do certame, além do impedimento à participação de pessoas acima de 50 anos e de estrangeiros no processo seletivo. Com base no regramento constitucional e jurisprudencial em torno do assunto, assinale a alternativa correta:

- a) O edital, desde que tais disposições tenham sido previamente estabelecidas em lei regulamentando direitos garantidos em norma de eficácia contida da Constituição, será válido.
- b) A restrição imposta aos estrangeiros será válida, caso o tema não tenha sido regulamentado em lei.
- c) A Constituição veda, expressamente, a possibilidade de exigência do exame psicotécnico, razão pela qual tal disposição não poderia estar contida no edital.
- d) O edital apenas poderia ter estabelecido, de maneira autônoma, o limite de idade para a participação no concurso, uma vez seria impossível atribuir à lei o dever de especificar os requisitos particulares de cada cargo da administração pública.
- e) A norma constitucional que garante o acesso aos cargos públicos a qualquer pessoa é de eficácia plena, sendo inadmissível a restrição imposta à participação dos estrangeiros no certame.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

31. Peter, americano, agride o brasileiro José, durante uma discussão iniciada por conta de uma vaga de estacionamento. O fato ocorreu no estacionamento do parque da Disney conhecido como “Magic Kingdom”.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que

- a) não será aplicável a lei penal brasileira
- b) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.
- c) será aplicável a lei penal brasileira, sendo esta uma hipótese de extraterritorialidade condicionada
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo o princípio da personalidade passiva, que é hipótese de extraterritorialidade hipercondicionada.
- e) trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada.

32. A antijuridicidade ou ilicitude é a relação de contrariedade da conduta em relação ao Direito. Pela teoria da *ratio cognoscendi*, um fato típico gera indícios de ilicitude, que pode ser afastada pela presença de uma causa de exclusão da ilicitude, como:

- a) legítima defesa de terceiro
- b) coação física irresistível
- c) obediência hierárquica
- d) coação moral irresistível
- e) estado de necessidade exculpante

33. Apesar da regra relativa à irretroatividade da lei penal, o Código Penal estabelece que a nova lei penal benéfica se aplica aos fatos anteriores:

- a) ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- b) salvo se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- c) salvo no que tange aos crimes dolosos, de forma a evitar que o infrator se beneficie de sua própria torpeza
- d) salvo no que toca aos crimes hediondos ou equiparados

e) ainda que já tenha sido instaurado processo criminal desfavor do agente, exceto se já houve sentença

34. Maria foi a uma padaria comprar pão e, ao se dirigir ao caixa, pagou os R\$ 4,50 com uma nota verdadeira de R\$ 50,00. Ao receber os R\$ 45,50 de troco, Maria não se atentou para o fato de que uma das notas de R\$ 20,00 que recebera era falsa. Ao chegar em casa, percebendo a falsidade, dirigiu-se a um açougue e, para não ficar com o prejuízo, passou adiante a nota falsa recebida.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Maria:

- a) não configura crime
- b) configura crime de moeda falsa em sua forma simples consumada
- c) configura crime de estelionato
- d) configura crime de fraude no comércio
- e) configura crime de moeda falsa privilegiada

35. Ricardo, ao finalizar o expediente, pegou o celular pertencente ao seu colega Eduardo, pois se confundiu, já que acreditava tratar-se do seu aparelho, pois são aparelhos idênticos, de mesma marca, modelo e cor. Posteriormente, percebendo o equívoco, Ricardo devolveu o aparelho no dia seguinte, sem que tivesse havido registro de ocorrência na delegacia.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Ricardo praticou fato típico e ilícito, mas não tem culpabilidade.
- b) não houve crime, por se tratar de fato atípico
- c) Ricardo é isento de pena
- d) Ricardo praticou crime, mas será agraciado com o perdão judicial
- e) Ricardo praticou crime, mas será agraciado com causa de redução de pena de um a dois terços

36. Maria, 17 anos de idade, acaba de descobrir estar grávida. Como não deseja ter o bebê, procura o estudante de medicina Tiago, 22 anos, e paga a ele R\$ 500,00 pelo procedimento abortivo. Tiago realiza o procedimento em Maria, com sucesso, de forma que ocorre a interrupção da gestação com a destruição do feto.

Nesse caso:

- a) Somente Tiago responderá pelo crime de aborto praticado por terceiro com o consentimento da gestante
- b) Somente Tiago responderá pelo crime de aborto praticado por terceiro sem o consentimento da gestante
- c) Maria e Tiago devem responder pelo mesmo tipo penal
- d) Maria responderá por crime de autoaborto e Tiago responderá pelo crime de aborto praticado por terceiro com o consentimento da gestante
- e) Maria responderá por crime de autoaborto e Tiago responderá pelo crime de aborto praticado por terceiro sem o consentimento da gestante

37. Ariel, servidor ocupante de cargo em comissão no TJPR, deixou, por indulgência, de responsabilizar o subordinado Marcelo, após saber que este havia praticado falta funcional no exercício do cargo.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Ariel configura:

- a) fato atípico, embora possa haver responsabilização funcional
- b) condescendência criminosa, sem majoração
- c) condescendência criminosa, majorada em um terço
- d) prevaricação, sem majoração
- e) prevaricação, majorada em um terço

38. José e Maria, com o intuito de satisfazer a lascívia, praticam ato sexual na presença de Pedro, 13 anos, filho de um vizinho, que se encontrava na casa dos agentes passando um final de semana em visita ao amigo de escola João, filho do casal.

Nesse caso, a conduta de José e Maria configura:

- a) fato atípico
- b) estupro de vulnerável
- c) Importunação sexual
- d) Exposição da intimidade sexual
- e) Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente

39. José e Maria são casados há 06 anos. José, porém, passa a se envolver com Luana, e com ela mantém relação sexual rotineiramente. Certo dia, pressionado por Luana a deixar o casamento mantido com Maria, José engana Luana, diz ter se divorciado e aceita com ela se casar. Contando com a ajuda de alguns amigos, José simula um casamento religioso com efeitos civis, enganando, assim, a amante Luana.

Nesse caso, a conduta de José configura:

- a) fato atípico
- b) crime de bigamia
- c) crime de adultério
- d) crime de simulação de casamento
- e) crime de conhecimento prévio de impedimento

40. O agente que, para subtrair coisa alheia móvel, emprega expediente fraudulento, induzindo a vítima a erro para que, enganada, diminua sua vigilância sobre a coisa, pratica o crime de:

- a) roubo impróprio
- b) furto simples
- c) estelionato
- d) furto qualificado
- e) apropriação indébita

Direito Processual Penal

Renan Araújo

41. Quando o agente é encontrado, logo depois do fato criminoso, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, é correto afirmar que há hipótese de:

- a) flagrante presumido, ou ficto
- b) flagrante impróprio
- c) flagrante próprio
- d) flagrante esperado
- e) flagrante urdido

42. José, residente em Petrópolis-RJ, praticou crime de lesão corporal grave em desfavor de Pedro, por conta de discussão no trânsito. O crime ocorreu em Volta Redonda-RJ. Antes de oferecida a denúncia, José foi diplomado deputado federal.

Nesse caso, a competência para processar e julgar José será:

- a) do STJ
- b) do TJ do local em que ocorreu o fato
- c) do STF
- d) do Juízo singular do lugar em que José reside
- e) do Juízo singular do lugar em que ocorreu a infração

43. As hipóteses de impedimento estão previstas taxativamente no Código de Processo Penal, sendo consideradas hipóteses nas quais há presunção absoluta de parcialidade do magistrado. Dentre estas hipóteses NÃO se encontra:

- a) ter funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- b) o próprio Juiz ter desempenhado a função de perito na fase pré-processual
- c) ter o Juiz atuado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;
- d) ser o Juiz amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes

e) ser a mãe do Juiz parte no processo

44. Fernanda foi denunciada pelo MP pela suposta prática do crime de bigamia (art. 235 do CP). Mariana, contudo, não foi encontrada no endereço indicado na inicial acusatória, pois atualmente reside na Tailândia, embora não se tenha seu exato endereço.

Nesse caso, Fernanda deverá ser citada:

- a) por carta rogatória
- b) por edital, e caso não compareça nem constitua advogado, o Juiz deverá nomear defensor para patrocinar a causa
- c) por hora certa
- d) por carta precatória
- e) por edital, e caso não compareça nem constitua advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional

45. Julieta foi vítima de crime de estupro, praticado em 15.03.2020. O Promotor de Justiça recebeu os autos do Inquérito Policial, mas, dentro do prazo legal, não adotou qualquer providência válida, deixando transcorrer *in albis* o prazo para oferecimento da denúncia.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria delitiva
- b) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, eis que a previsão legal não foi recepcionada pela Constituição Federal
- c) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP
- d) A vítima somente poderá ajuizar ação penal privada subsidiária se houver prova nova
- e) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública enquanto não ocorrer a prescrição

46. Analise as assertivas a seguir:

I – Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação o inquérito poderá ser iniciado sem a representação, eis que esta é necessária apenas para o início da ação penal.

II - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos.

III – Em regra, o inquérito deverá se encerrar em até 30 dias, contados da prisão, caso esteja preso o indiciado.

IV – O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia obsta a retomada futura das investigações, ainda que haja notícia da existência de prova nova.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) II e III
- b) I, III e IV
- c) III
- d) I e II
- e) II

47. A continência é um fenômeno de modificação da competência que ocorrerá quando:

- a) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- b) houver mais de uma infração penal praticada por mais de uma pessoa em concurso
- c) ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras.
- d) ocorrendo duas ou mais infrações, uma tenha sido praticada para garantir a impunidade da outra
- e) dois processos criminais forem instaurados em relação ao mesmo fato

48. Pietro foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de falsificação de documento público (art. 297 do CPP), tendo o MP requerido sua prisão preventiva. O Juízo recebeu a denúncia, mas indeferiu o requerimento de prisão preventiva.

Caso o MP pretenda recorrer, deverá interpor:

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- b) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- e) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.

49. Juliana praticou crime de resistência qualificada (pena - reclusão, de um a três anos), sendo primária e de bons antecedentes. Considerando as circunstâncias narradas e presentes os demais requisitos:

- a) serão cabíveis a transação penal e a suspensão condicional do processo
- b) será cabível a transação penal, mas não a suspensão condicional do processo
- c) será cabível a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal
- d) não serão cabíveis nem a suspensão condicional do processo nem a transação penal, pois não se trata de infração penal de menor potencial ofensivo
- e) não serão cabíveis nem a suspensão condicional do processo nem a transação penal, apesar de se tratar de infração penal de menor potencial ofensivo

50. Dispõe o Código de Processo Penal que, quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo ser suprido pela confissão do acusado. O exame de corpo de delito será realizado por:

- a) um perito oficial ou, na sua falta, por dois peritos não oficiais, necessariamente portadores de diploma de curso superior
- b) um perito oficial ou, na sua falta, por dois peritos não oficiais, preferencialmente portadores de diploma de curso superior
- c) dois peritos oficiais ou, na sua falta, por dois peritos não oficiais, necessariamente portadores de diploma de curso superior
- d) um perito oficial ou, na sua falta, por um perito não oficial, preferencialmente portador de diploma de curso superior
- e) um perito oficial ou, na sua falta, por um perito não oficial, necessariamente portador de diploma de curso superior

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

51. Os princípios fundamentais são premissas sobre as quais se apoiam as ciências. Desse modo, os princípios do processo civil não apresentam apenas finalidade informativa ou interpretativa, mas servem, inclusive, de fundamento para decisões. Com base nas normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O Princípio Dispositivo e o Princípio da Inércia da Jurisdição manifestam-se inversamente ao prever que o processo começa sempre por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial.
- b) O Código de Processo Civil prima pela solução consensual dos conflitos, inclusive com a possibilidade de formas alternativas de composição. Assim, a conciliação, a mediação e demais métodos de solução consensual devem ser estimulados apenas pelos juízes e pelos procuradores das partes, inclusive no curso do processo judicial.
- c) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a sentença de mérito.
- d) O Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição abrange situações preventivas ou reparadoras.

e) O Princípio da Boa-fé, expresso no Código, aplica-se exclusivamente às partes do processo.

52. A jurisdição pode ser entendida como a atuação estatal visando a aplicação do direito objetivo ao caso concreto, resolvendo-se com definitividade uma situação de crise jurídica gerando pacificação social. Sobre a jurisdição e o direito de ação, é correto afirmar:

- a) Para postular em juízo é preciso apresentar legitimidade, interesse processual e a possibilidade jurídica do pedido.
- b) O direito de ação é personalíssimo e, por isso, o Código de Processo Civil não permite que o polo ativo da ação seja ocupado por outrem senão o titular do direito.
- c) O interesse do autor não se limita à declaração da autenticidade ou da falsidade de um documento, podendo referir-se à declaração do modo de ser de uma relação jurídica.
- d) Quando permitido pelo ordenamento, a substituição processual veda qualquer participação do substituído.
- e) A ação meramente declaratória não será admitida quando houver ocorrido violação do direito.

53. A competência diz respeito à delimitação do exercício do legítimo poder jurisdicional, buscando estabelecer os limites em que cada órgão jurisdicional pode exercer essa função. Com base nas disposições gerais sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.
- b) A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo diretamente influenciada por modificações do estado de fato ocorridas posteriormente.
- c) A supressão de órgão judiciário ou a alteração da competência absoluta não é motivo suficiente para alterar a determinação da competência.
- d) A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo

diretamente influenciada por modificações do estado de direito ocorridas posteriormente.

e) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, sendo vedado às partes a instituição de juízo arbitral.

54. A capacidade processual é um pressuposto para que haja o regular seguimento do processo, sendo um atributo pessoal. A representação da parte, por sua vez, refere-se à capacidade postulatória necessária para pleitear em juízo. Sobre a incapacidade ou irregularidade, pode-se afirmar:

a) A incapacidade processual ou a irregularidade de representação são vícios insanáveis, a exemplo da falta de assinatura nos recursos interpostos nas instâncias ordinárias.

b) A incapacidade ou a irregularidade só podem ocorrer em instância originária, posto que na instância especial é inexistente o recurso interposto por advogado sem procuração nos autos.

c) Em caso de irregularidade de representação da parte, o juiz não suspenderá o processo e intimará a parte para que o vício seja sanado antes da prática dos demais atos.

d) Verificada a incapacidade processual da parte ré, o juiz suspenderá o processo, designará prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para que seja sanado o vício; descumprida a determinação, o processo tramitará à revelia.

e) Havendo incapacidade processual da parte autora, o juiz suspenderá o processo, designará prazo razoável para que seja sanado o vício; descumprida a determinação, o processo será extinto.

55. A assistência simples é modalidade de intervenção de terceiros pela qual o assistente integra processo pendente com o objetivo de atuar em favor de uma das partes e se beneficiar dos efeitos de eventual decisão favorável ao assistido. Sobre essa espécie de intervenção, pode-se afirmar que:

a) A assistência poderá ser voluntária ou originada por provocação judicial.

b) Não há ampliação dos limites objetivos da lide, visto que não há formulação de novos pedidos, cabendo ao assistente demonstrar interesse jurídico para que possa ter seu pedido de intervenção deferido.

c) A assistência é cabível em qualquer processo ou procedimento, inclusive naqueles que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis.

d) O assistente detém legitimidade para praticar qualquer ato de disposição de direito.

e) Não há óbice que o assistente interponha recurso mesmo diante de renúncia expressa a tal direito pelo assistido.

56. O Código de Processo Civil define a citação como o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Em regra, a citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado, mas o Código ressalva algumas hipóteses em que não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito. Desse modo, é incorreto afirmar que não se fará a citação:

a) de quem estiver participando de ato de culto religioso.

b) e cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 3 (três) dias seguintes.

c) de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento.

d) de doente, enquanto grave o seu estado.

e) quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.

57. As provas podem ser conceituadas como elementos levados ao processo para contribuir com a formação da convicção do juiz a respeito da existência de determinado fato ou do modo como ocorreu. Sobre a Teoria Geral das provas e com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) As partes têm o dever de empregar todos os meios legais, desde que especificados no Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- b) Em razão do Princípio da Inércia, ao juiz é vedado determinar de ofício a produção de provas necessárias ao julgamento do mérito.
- c) O juiz deve determinar a produção de todas as provas requeridas pelas partes, sendo-lhe vedado indeferir diligências em respeito ao Princípio da Ampla Defesa.
- d) Como manifestação do Princípio do Livre Convencimento Motivado, o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- e) O Código de Processo Civil veda a utilização de provas emprestadas, devendo ser produzidas dentro do próprio processo.

58. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, ocorrerá a sua liquidação para definição do *quantum debeatur*. De acordo com o Código de Processo Civil, é possível afirmar:

- a) a liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.
- b) na liquidação pelo procedimento comum é possível nova discussão da lide ou modificação da sentença que a julgou.
- c) os autos deverão ser remetidos à contadoria judicial quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético.
- d) na liquidação pelo procedimento comum, a parte será citada e intimada pessoalmente do requerimento de liquidação de sentença.

e) caberá apelação da decisão de liquidação de sentença.

59. Os títulos executivos extrajudiciais, em oposição aos judiciais, são formados fora do processo e aptos a permitir a instauração de processo de execução. Sobre os títulos executivos extrajudiciais e sua execução:

- a) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: a sentença penal condenatória transitada em julgado, a sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do *exequatur* à carta rogatória pelo STJ.
- b) os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para que sejam executados.
- c) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: o crédito de contribuições condominiais ordinárias e extraordinárias, assim como a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados.
- d) ao propor a execução do título executivo extrajudicial, o exequente deverá instruir a petição inicial com o título, o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, sendo presumida a prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.
- e) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 20%, a serem pagos pelo executado. Este percentual será reduzido pela metade caso o executado efetue o pagamento integral no prazo de 3 dias.

60. As ações possessórias destinam-se a assegurar o direito à posse de um bem em caso de esbulho, turbação ou ameaça por ato de terceiro. Quanto às disposições comuns a essas ações, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Processo Civil prevê expressamente a fungibilidade entre as ações possessórias.
- b) Havendo um grande número de pessoas no polo passivo, o juiz determinará o desmembramento da ação, limitando o número de litigantes, quando houver prejuízo à rápida solução do litígio ou dificuldade à defesa.
- c) O autor não poderá cumular outros pedidos ao pedido possessório.
- d) É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória, mas não poderá pleitear indenização.
- e) Não há qualquer óbice, na pendência de ação possessória, que autor e réu proponham ação de reconhecimento de domínio.



Estratégia
Concursos

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA
ILIMITADA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE